

RESENHA

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 79 p.

Discurso e poder: processos de coerção, controle e exclusão social

Aline Maria dos Santos

Mestranda em Letras: Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz.

O livro “*A ordem do discurso*” apresenta discussões de Michel Foucault pronunciadas em 1970 em uma aula inaugural no Collège de France.



Foucault problematiza o discurso na sociedade, discutindo questões como: controle social, coerção, procedimentos de exclusão e interdição, ordem e desordem do discurso, sexualidade, poder, rejeição, razão e loucura, vontade de verdade, doutrinas, logofilia e logofobia, o discurso no âmbito das instituições, história contemporânea x história tradicional e deslocamentos de Jean Hyppolite na filosofia hegeliana.

Vale ressaltar que essas questões não são discutidas de forma fragmentada, pelo contrário, elas se relacionam formando uma teia discursiva interessante e estimulante. Dentre as problematizações citadas acima de Foucault, deter-me-ei no presente trabalho às questões relacionadas ao

discurso enquanto poder, e consequentemente, como forma de controle, coerção e exclusão social.

De acordo com Foucault os discursos na sociedade são controlados, selecionados e organizados. Uma das formas de manter esse controle é através das instituições, as quais instauram e/ou reproduzem os discursos, Foucault cita a Pedagogia, os livros, as bibliotecas, as sociedades dos sábios de antigamente e os laboratórios atuais como suportes que buscam dominar e conduzir os discursos, visando instaurar uma verdade.

Além disso, afirma que “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. (p.39).

De acordo com o Foucault os rituais, ou seja, as normas, as regras, presentes nos âmbitos acima, definem a posição que um indivíduo deve ocupar em determinado diálogo, e consequentemente, os enunciados que deve produzir e o comportamento adequado. Tais abordagens tornam-se evidentes quando analisamos os discursos religiosos e judiciários, por exemplo, que possuem suas normas,

concepções, regras de conduta que “moldam” o sujeito.

Foucault afirma que nesse contexto encontra-se também o sistema educacional que mantém e/ou modifica a apropriação dos discursos. Ele defende que a educação, ao mesmo tempo, em que é um instrumento de acesso aos discursos limita o sujeito, prescrevendo o que é e o que não é permitido. Caracteriza assim, o sistema de educação como uma maneira política de controlar e conduzir a apropriação dos discursos.

Conclui que o sistema de ensino é uma ritualização da palavra, uma qualificação e uma fixação de papéis para os indivíduos que falam, a constituição de um grupo doutrinário, distribuição e apropriação do discurso. Percebe-se que Foucault atribui a esses sistemas um caráter unificador e controlador que disciplinam o sujeito por meio do discurso, notando-se assim, a presença do poder.

Essa abordagem remete-me ao livro “Vigiar e Punir” do próprio Foucault (1987) onde ele afirma que a sociedade é vigiada e controlada pelo panoptismo, o qual consiste em “um modelo generalizável de funcionamento, uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens” (Foucault, p. 169;170).

O panoptismo, é pois, uma forma de poder sutil, que já está instaurado na sociedade, sendo invisível aos homens. Nesse contexto, ele afirma que fazem parte as fábricas, as escolas, os hospitais, os quartéis, indagando se tais locais não se parecem com prisões.

A diferença, de acordo com Foucault, é a ausência das grades, pois nessas instituições o indivíduo está preso às normas, tendo que agir e se enquadrar às regras do local. Entretanto, o

indivíduo está tão habituado com os costumes que não se dá conta que está sendo controlado. Nessa perspectiva, as escolas, os hospitais, as fábricas, dentre outras, exercem um poder unificador, disciplinando uma sociedade inteira.

Nessa perspectiva, àqueles que não se enquadram nesse contexto discursivo limitado (o que se pode e não se pode dizer e fazer) sofrem procedimentos de interdição e de exclusão, sendo caracterizados, por exemplo, como loucos.

De acordo com Foucault, esse procedimento de exclusão ocorre por meio de três grandes sistemas: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade.

A palavra proibida consiste nos procedimentos de controle, já mencionados, pelos quais as instituições ditam o que pode e o que não poder ser dito, há pois, um controle dos discursos. Como afirma Foucault “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (p.9)

O segundo sistema, a segregação, consiste na separação e rejeição do sujeito, sendo classificados como normais ou loucos a partir de seus comportamentos atrelados às normas sociais.

Nessa direção, Foucault discute e problematiza o próprio conceito de loucura desde a Idade Média até os dias atuais, constatando que esse processo de exclusão é um sistema histórico. Sendo assim, pode-se inferir que a loucura depende do local em que o indivíduo está inserido, da sua cultura local.

Por fim, a vontade de verdade, que de acordo com Foucault atravessou séculos de nossa história. Essa vontade é conduzida pela forma como o saber é aplicado em nossa sociedade, como ele

é valorizado e atribuído. A verdade tem suportes institucionais, tais como livro, bibliotecas, dentre outros. Foucault salienta que sendo apoiada institucionalmente exerce poder de coerção sobre outros discursos.

Percebe-se, portanto, que discurso e poder estão imbricados. Acredito que Foucault aborda essa questão de forma muito sábia quando destaca uma via de mão dupla entre o discurso e o poder, de acordo com ele “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p.10). O discurso, portanto, não reflete apenas o controle do poder, mas é curiosamente também, o próprio poder, havendo assim, uma luta pelo mesmo.

Essas problematizações relacionam-se com abordagens de Silva (2007) no texto “O currículo como representação” no qual ele afirma que o discurso exerce um grande poder social, sendo que por meio deste constrói-se “identidades”, cria-se “representações”. Identidade e representações são, portanto, em sua concepção, construtos sociais oriundos de práticas discursivas.

Foucault propõe um questionamento sobre a busca de verdade, devendo-se atribuir ao discurso o caráter de acontecimento, o qual se efetiva sempre no âmbito da materialidade “ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais”. (p.57)

O discurso, nesse patamar, estaria livre da coerção, da exclusão, da logofobia, admitindo-se, pois, a sua proliferação, a desordem, as discontinuidades, a transformação, o acontecimento e a casualidade. Penso que o discurso, nessas condições, reflete o processo

dinâmico da língua, sendo esta flexível, mutável, heterogênea, considerando-se, portanto, os diversos usos pelos falantes.

As abordagens expostas de Foucault realizadas em 1970 propiciaram inúmeros estudos acerca dos processos discursivos, sendo discutidas até os dias atuais questões entorno do discurso e poder e servindo de referência para pesquisas científicas. Percebe-se assim, a importância das discussões de Foucault para os estudos de linguagens.

Referências

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15ª.ed. São Paulo: Loyola, 2007. 79 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 24. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 277 p

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche** – A poética e a política do texto. Autêntica, 2007. 117 p.